

Diana Rocha Magalhães
José Alves Dias
Organizadores

MEMÓRIA COM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO:
DESAFIOS EMINENTES
1ª Edição Eletrônica

Uberlândia / Minas Gerais
Navegando Publicações
2020



NAVEGANDO

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	1
Livia Diana Rocha Magalhães - José Alves Dias DOI – 10.29388/978-65-81417-21-5-0-f.1-2	
CAPÍTULO 1	3
EL PASADO TRAUMÁTICO EN LA HISTORIA ESCOLAR ESPAÑOLA: LA PRESENCIA DE UNA AUSENCIA	
Juan Mainier Baqué DOI – 10.29388/978-65-81417-21-5-0-f.3-18	
CAPÍTULO 2	19
ENSINO MÉDIO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: COERÇÃO REVESTIDA DE CONSENSO NO “ESTADO DE EXCEÇÃO”	
Marise Nogueira Ramos DOI – 10.29388/978-65-81417-21-5-0-f.19-36	
CAPÍTULO 3	37
AS OSCILAÇÕES EM TORNO DO CONCEITO DE TÉCNICA E DE TECNOLOGIA NA PRECARIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONALIZANTE	
José Deribaldo Gomes dos Santos - Ellen Cristine dos Santos Ribeiro - Thiago Chaves Sabino DOI – 10.29388/978-65-81417-21-5-0-f.37-52	
CAPÍTULO 4	53
A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM AGROPECUÁRIA NA BAHIA: AS REFORMAS SUBORDINADAS AO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA (MEC) NO GOVERNO CIVIL-MILITAR	
Estácio Moreira da Silva - Livia Diana Rocha Magalhães DOI – 10.29388/978-65-81417-21-5-0-f.53-68	
CAPÍTULO 5	69
MEMÓRIA E PRÁXIS DOCENTE: UM OLHAR SOBRE O CAMPUS SÃO JOÃO DOS PATOS – MA	
Sandra Maria de Sousa Caminha - Livia Diana Rocha Magalhães DOI – 10.29388/978-65-81417-21-5-0-f.69-82	
CAPÍTULO 6	83
CINQUENTA ANOS DE PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA NO BRASIL CONFLITOS E DESAFIOS	
Paolo Nosella DOI – 10.29388/978-65-81417-21-5-0-f.83-96	
CAPÍTULO 7	97
EMERGÊNCIA DE EMOÇÃO E COGNIÇÃO EM DOCUMENTAÇÃO PEDAGÓGICA DA EDUCAÇÃO INFANTIL	
Mary de Andrade Arapiraca - Gilmária Ribeiro da Cunha DOI – 10.29388/978-65-81417-21-5-0-f.97-116	
CAPÍTULO 8	117
DESAFIANDO A BAIONETA CALADA: AS REFORMAS EDUCACIONAIS E A REBELDIA ESTUDANTIL NAS RUAS DE SALVADOR - BAHIA (1965 - 1968)	
José Alves Dias DOI – 10.29388/978-65-81417-21-5-0-f.117-128	

CAPÍTULO 8

DESAFIANDO A BAIONETA CALADA: AS REFORMAS EDUCACIONAIS E A REBELDIA ESTUDANTIL NAS RUAS DE SALVADOR - BAHIA (1965 - 1968)

José Alves Dias
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)
jose.dias@uesb.edu.br

A ORGANIZAÇÃO ESTUDANTIL NO BRASIL

Os estudantes brasileiros sempre estiveram presentes nas decisões políticas que afetaram a sociedade e, não foi diferente, a partir do golpe de 1964. No momento em que os civis e militares golpearam a ordem constitucional brasileira os discentes secundaristas e universitários tinham, também, uma forte vinculação política com os partidos de esquerda.

O Partido Comunista Brasileiro (PCB), na ilegalidade, era a principal força de inspiração marxista, porém, não a única, visto que, as divergências fizeram com que muitos militantes rompessem com o Comitê Central tendo em vista a sua insatisfação com a linha política do partidão e formassem outras organizações.

Na mesma época, sob a presidência do baiano Oliveiros Guanais, cresce o predomínio da Ação Popular (AP) no movimento estudantil e tomam vulto as campanhas nacionalistas em defesa das empresas brasileiras e do ensino público e gratuito. Junto com a União Nacional dos Estudantes (UNE) surgem outros movimentos de cultura e educação popular que “buscava caminhos alternativos às propostas tradicionais e conservadoras” (CUNHA; GÓES, 1994, p. 30).

Por outro lado, as lideranças estudantis tinham aproximações com o presidente deposto João Goulart (PTB), com os trabalhadores sindicalizados e demais segmentos sociais progressistas vinculados às propostas reformistas do governo. Por conta de tais conexões e da militância política na esquerda, as lideranças estudantis são presas e perseguidas durante toda a ditadura militar. Para o jornalista Zuenir Ventura (1988, p. 44) “quando os militares deram o golpe em abril de 1964, abortaram uma geração cheia de promessas e esperanças. A esquerda, como acreditava Luís Carlos Prestes então, não estava no governo, mas já estava no poder”.

O impacto dessa repressão ao movimento estudantil é assim definido por Alfredo Sirkis (1998, p. 58), na época com trezes anos, que desabafou: “Acompanhei pelo rádio a progressão das tropas de Minas Gerais que depuseram o governo de Jango. Meus olhos enchem-se de lágrimas ao som das marchas e dos dobrados militares”.

Não obstante as ações repressivas da ditadura, os estudantes brasileiros tomaram as ruas em diversas manifestações que mobilizaram toda a sociedade durante os primeiros anos de governos autoritários em consonância com outros

movimentos similares na França e na Tchecoslováquia.

1964: O ANO FERVILHANTE

Na Bahia, parte das oligarquias continuou no governo após o triunfo das forças militares em 1964, todavia, alguns segmentos da sociedade, particularmente os estudantes secundaristas e universitários, vários deles militantes ou simpatizantes do PCB, e mais tarde, das dissidências, demonstraram com bastante veemência sua insatisfação, ora resistindo com palavras de ordem, ora se rebelando violentamente contra as imposições conservadoras e autoritárias.

Um fato pitoresco e de larga repercussão perturbou os que titubeavam entre o apoio aos generais legalistas e os golpistas revelando aos próceres da ditadura a rebeldia daquela juventude. Como de praxe, ocorreu, no início do ano letivo de 1964, a aula inaugural da Universidade Federal da Bahia (UFBA), com a presença do governador Lomanto Júnior, de outras autoridades civis, eclesiásticas e militares. No início do discurso solene do orador Clemente Mariani, banqueiro de família tradicional e conservadora, os estudantes presentes no plenário irromperam em vaías. Depois de alguns instantes de convulsão generalizada no auditório da Reitoria, a situação foi controlada com a interferência do governador. Contudo, a assembleia foi dissolvida, e os presentes dispersados completamente atônitos com tamanha ousadia. Na manhã seguinte, todos os jornais da capital traziam notícias do fato que se tornou assunto predominante na Assembleia Legislativa e Câmara Municipal (A TARDE, 03 e 04/03/1964, p. 3 e 2, respectivamente).

OS PREPARATIVOS PARA RESISTÊNCIA

O golpe consumado em abril não foi uma novidade para os seus opositores na Bahia. Já vinham de longe os rumores de uma desestabilização política do governo e o movimento militar estava na ordem do dia. Por isso, ao primeiro sinal de avanço das tropas, os militantes políticos de esquerda se mobilizaram para resistir. Contudo, as primeiras tentativas de reação à intervenção militar malograram diante da tensão imposta pela violência generalizada e da desarticulação das forças políticas contrárias ao golpe.

Logo, as tropas do exército estavam em praticamente todos os municípios baianos efetuando prisões e praticando todo tipo de arbitrariedades contra os aliados do presidente deposto pelo golpe militar. As mesas diretoras da Assembleia Legislativa do Estado e das Câmaras Municipais foram recompostas ao gosto dos comandantes militares. O prefeito de Salvador, Virgildásio Sena, eleito pela UDN em 1962, foi afastado do cargo, denunciado em um inquérito de quatro volumes e posteriormente teve seus direitos políticos cassados. O engenheiro José Fernandes Pedral Sampaio, prefeito de Vitória da Conquista, bem como, outros políticos do interior da Bahia foram submetidos ao mesmo processo.

Com a desarticulação de pessoas e instituições que apoiavam o regime

democrático formalmente estabelecido através do processo eleitoral, a resistência oposicionista na Bahia restringiu-se apenas ao plano teórico, infausto, pela manifesta impossibilidade de execução. As propostas reformistas haviam caído com João Goulart, do mesmo modo que sucumbiram as alianças entre os sindicatos e o poder populista. As principais lideranças sindicais, estudantis e partidárias das oposições no Estado estavam presas ou escondidas. Todos os simpatizantes ou aliados do governo de Jango foram presos sob a alegação de que durante aquela administração:

Esteve instalado no Brasil um movimento geral de subversão e corrupção, inclusive da própria cúpula administrativa, que tinha por objetivo desmoralizar o regime democrático existente no país. O solapamento das instituições adrendemente preparado por profissionais agitadores conduziu todos à descrença. À guisa de defender o país de grupos econômicos, pregavam contra o regime, exaltando as qualidades de sistemas de governo que atentam contra a ordem político-social estabelecida na nossa constituição. Pregava-se o crime contra as instituições abertamente (AUTOS DO IPM, ARQUIVO DA 6.^a REGIÃO MILITAR, fs. 301 a 310).

Os petroleiros, pertencentes à mais forte categoria sindicalizada naquele momento, apesar da greve, ficaram totalmente desarticulados com a invasão do SINDIPETRO e da Refinaria Landulpho Alves, esta última, assim narrada pelo engenheiro Nudd David de Castro:

Chega o exército na refinaria com soldados de baionetas, binóculos, se arrastando no chão, cortando arames, etc. Disseram que tinham muitas bombas dentro dos reservatórios [...] e não tinha viva alma. [...] E daí, alguma resistência? Não, nenhuma, não tinha mesmo como! Pra gente foi um desastre aquele primeiro de abril (CASTRO, 2001).

Os funcionários da Petrobras estavam no sindicato e nas ruas tentando articular resistência, todavia, foram obrigados, por força de decreto, a retornar à refinaria sob ameaça de que seriam presos, o que efetivamente aconteceu. Após a prisão, alguns foram conduzidos à 6.^a Região Militar, numa corveta de guerra, e depois transferidos para o 19.^o Batalhão de Caçadores. De lá, seriam transferidos ilegalmente pelo oficial Carlos Etienne Falcão Rodrigues para um Quartel de Artilharia em Amaralina, mesmo depois de libertados por força de um *habeas corpus* impetrado pelo defensor José Borba Pedreira Lapa¹.

Mesmo diante da repressão intensa os opositores fizeram muitas tentativas de recompor suas lideranças e voltar à militância contra o regime de quartel.

¹No Inquérito Policial Militar, os funcionários da Refinaria Landulpho Alves foram acusados com “farta prova documental, depoimentos de testemunhas e confissões dos indiciados” de estarem “[...] seriamente envolvidos na trama comunizante do país, fazendo todos eles parte da Organização de Base, nome usado para substituir as ‘células comunistas’ e da Frente Nacionalista que era outro foco de agitação e subversão” (AUTOS DO IPM, ARQUIVO DA 6.^a REGIÃO MILITAR, fs. 301 a 310).

Todavia, como no resto do país, os estudantes baianos, secundaristas e universitários, conseguiram maior visibilidade com as manifestações públicas e se tornaram a vanguarda dos movimentos progressistas populares contra a ditadura.

CONSOLIDAÇÃO DA DITADURA

Ainda que o cerco se apertasse e os ditadores estivessem cada vez mais afeiçoados ao poder, os estudantes começaram a organizar assembleias, atos e passeatas para exigir reformas no ensino, ampla liberdade de expressão, democracia de fato e anistia política para seus companheiros. A eles se uniram advogados, operários, professores, intelectuais, estivadores, petroleiros e trabalhadores rurais, buscando alternativas para romper o cerco repressivo e mobilizar o povo na luta contra a ditadura que resultaram num amplo conjunto de ações com efeitos distintos. Substancialmente foram os estudantes provenientes, em sua maioria, das classes médias que, proferindo palavras de ordem, ocuparam as ruas de Salvador para protestar contra a tirania das classes dominantes.

Entretanto, a movimentação na 6ª Região Militar, sob o comando do general de Brigada Manoel Mendes Pereira, empossado pouco antes do golpe, deixou claro o apoio majoritário dos grandes grupos econômicos e políticos. Logo, começaram a se manifestar os aliados de primeira e de última hora, aderentes ao poder e empenhados em obter dele vantagens e privilégios.

Alguns deputados apresentaram moção nos seguintes termos:

A Assembleia Legislativa do Estado, fiel aos sentimentos democráticos do povo baiano, expressa sua solidariedade às forças democráticas, civis e militares, que, obedientes às lideranças dos governadores Magalhães Pinto e Adhemar de Barros, Carlos Lacerda, Ney Braga, Mauro Borges e Hugo Meneguetti e os generais Amaury Cruel, Mourão Filho, Humberto Castelo Branco, Justino Alves e outros ilustres militares, que estão lutando para restaurar no Brasil a legalidade democrática vítima da traição de um governo que se acumulava com os piores inimigos da liberdade, os comunistas (A TARDE, 02/04/1964, p. 2)²

No plenário do legislativo municipal, o vereador Paulo de Magalhães Dantas apresentou outra moção de aplauso às forças armadas que ascenderam ao poder através do movimento militar que destituiu o presidente eleito João Goulart. Em quase todos os municípios do interior, a situação se repetiu, e políticos eleitos pelo voto direto da população nas eleições de 1962, por simpatia ou receio das listas de cassações, que logo viriam, aplaudiram os civis e militares golpistas.

Mesmo entre os estudantes havia apoio aos militares. Algumas entidades estudantis como o Movimento Universitário Democrático (MUD), a Associação Soteropolitana de Estudantes Secundaristas (ASES) e o Movimento Estu-

²Essa moção, assinada pelos deputados Wilson Lins, Jutahy Magalhães, José Carlos Facó, Francisco Benjamim, Moitinho Dourado, Teódulo Albuquerque e Joel Muniz, não foi votada.

dantil Patriótico (MEP) firmaram nota pública contra a infiltração das ideias comunistas no movimento estudantil da Bahia e convocaram os voluntários para apoiar as Forças Armadas (A TARDE, 03 e 06/04/1964, p. 3 e 7 respectivamente).

O primeiro ano de vigência do regime autoritário terminou com a decretação da Lei Suplicy que atingia diretamente os estudantes baianos e previa a transformação dos antigos centros em diretórios acadêmicos subordinados à direção das faculdades, obrigava a realização de novas eleições e tornava obrigatório o voto dos estudantes, sob pena de “não poderem se submeter a exame parcial ou final, imediatamente subsequente à eleição” (BRASIL, 1965).

A juventude brasileira na década de sessenta conheceu, na sua experiência cotidiana, os problemas estruturais do sistema de ensino que extrapolavam o ingresso e a permanência nas instituições de ensino superior. Tal situação atingia não somente os estudantes das universidades públicas e privadas, mas, também, os secundaristas que reclamavam das mesmas falhas no ensino de nível médio e do modo como elas limitavam o acesso à Universidade.

Com tantos problemas, era natural que quisessem ter a liberdade de se organizar e manifestar sua insatisfação. Com a ascensão dos militares ao poder os atos de agressão à liberdade de expressão foram sendo constantemente editados e os mais elementares direitos os estudantes foram aviltados. Diante das contingências compreenderam a necessidade de se rebelarem contra o sistema de governo que empreendia uma política social tão impiedosa.

A REARTICULAÇÃO ESTUDANTIL

O trajeto padrão das manifestações e passeatas políticas em Salvador, nos anos 1960, era do Campo Grande à Praça da Sé, pela Avenida Sete de Setembro. No caminho ficavam o Mosteiro de São Bento e a Praça da Piedade (naquele momento sede da Secretaria de Segurança Pública) e a Praça Municipal (então sede do Governo do Estado) de onde partiam as ordens diretas para reprimir as manifestações.

O clima de insatisfação era contagiante e motivado não somente pelas arbitrariedades do regime, como também, pela falta de espaço físico nas faculdades e o atrelamento de diretores de colégios, professores e membros da administração central das universidades aos golpistas.

Em 1965 as lideranças estudantis universitárias começaram o ano reagindo à imposição autoritária da Lei Suplicy e recomendaram o voto nulo. As eleições, contudo, foram bastante tumultuadas gerando conflitos entre os estudantes e Polícia Militar que invadiu as faculdades agredindo estudantes que se manifestavam contra “a lei e as forças discricionárias que a impuseram” (A TARDE, 21/08/1965, p. 7).

Em outubro de 1965, pouco antes da decretação do Ato Institucional nº 02, que modificou o sistema eleitoral no país, ampliou o poder do executivo e dos tribunais militares para, inclusive, decretar Estado de Sítio, demitir funcionários públicos de todas as esferas, governar por decreto e fechar o congresso,

os estudantes em Salvador fizeram uma paralisação de quarenta e oito horas em solidariedade aos seus colegas da Universidade de Brasília, cuja instituição havia sido fechada.

No final de 1966, foi aprovada a Lei de Imprensa, instrumento de manipulação e censura à liberdade de informação. A ditadura sabia que as notícias dos crescentes protestos redundariam no esfacelamento da imagem construída pelo governo militar. A estratégia era manter a todo custo a aparência de uma democracia constituída a partir de um processo revolucionário que extinguiu a corrupção e a ameaça do comunismo. A censura aos meios de comunicação foi, então, uma estratégia eficiente para editar, adulterar ou mesmo coibir as informações sobre a crise econômica e institucional e os desmandos governamentais.

Em vista disso, os alunos de jornalismo da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FFCH) da UFBA lançaram um manifesto solidarizando-se com os profissionais em greve, o vereador Luís Leal apresentou na Câmara Municipal, no início de 1967, uma moção de apoio ao sindicato dos jornalistas profissionais da Bahia, e estes fizeram gestões para suspensão da votação do projeto da “lei rolla” como ficou conhecida a Lei de Imprensa que foi alvo de críticas de jornalistas brasileiros e estrangeiros.

Os estudantes, contudo, não se intimidavam e continuaram propagando seus congressos e exigindo liberdade e promovendo manifestações apesar da repressão e da queda de muitos líderes importantes. Todavia, poucas vezes os baianos viram tamanha manifestação de civismo e cidadania demonstrada em atos concretos de rebeldia, como no momento em que, deixando as salas de aula e partindo para as ruas do centro da cidade, centenas de estudantes, procedentes dos colégios oficiais, encheram a Praça Castro Alves com o alarido de seus protestos contra a “lei iníqua” (A TARDE, 22/08/67, p. 3)

Assim, o jornal vespertino definiu textualmente a manifestação discente contra a Lei Orgânica do Ensino que, praticamente, extinguiu o ensino público na Bahia. Os artigos 09 e 36 dessa lei permitiam às fundações, que seriam criadas para substituir as escolas públicas, cobrar taxas e mensalidades, reservando ensino gratuito apenas para o nível primário e aos estudantes que provassem insuficiência de recursos.

Os estudantes dos Colégios Isaías Alves, Colégio da Bahia (Central), Severino Vieira, Teixeira de Freitas e Pinto de Carvalho procuraram deputados, lançaram manifestos e fizeram protestos contra a Lei do Ensino que estava em apreciação na Assembleia Legislativa. Receberam irrestrito apoio dos estudantes da Faculdade de Filosofia, da Escola de Teatro e de outras faculdades da UFBA e da Universidade Católica que se manifestaram com faixas e cartazes pelas ruas da cidade. Alguns segmentos da sociedade local se mobilizaram, como em raras vezes durante a ditadura, para apoiar a causa dos estudantes.

Com a aglomeração nas proximidades da Assembleia Legislativa, o presidente da casa acionou a polícia militar que, fortemente armada com baionetas e fuzis, investiu contra um grupo de alunos e professores. No plenário, o deputado Wilson Lins afirmou que

[...] quem combate esse artigo deve é combater a Constituição Federal e do Estado e não a Lei Orgânica, que nada podia fazer a não ser incluí-lo. O resto era demagogia barata e agitação provocada por elementos subversivos que estão explorando estudantes (A TARDE, 23/08/67, p. 3)

A citada legislação se manteve em discussão na Assembleia Legislativa do Estado e os estudantes prosseguiram, durante cinco dias, fazendo passeatas e realizando atos de protesto sendo atacados com jatos d'água, bombas de gás e golpes violentos. Mantendo o autoritarismo que, quase sempre, caracterizou as decisões do poder político na Bahia, a ALBA aprovou, de madrugada, a Lei do Ensino, em terceira discussão, pela maioria da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), após várias sessões realizadas sucessivamente, dada a urgência com que foi tratado o assunto pelos deputados que alegavam cumprir as constituições nacional e estadual que previam o mesmo destino para o ensino gratuito.

A indignação dos estudantes com a aprovação da lei foi tão grande que, apesar de vencidos, continuaram suas manifestações no dia seguinte a partir de uma concentração na Praça da Sé. O grupo quebrou janelas, cercou carros de deputados, danificou carros oficiais com murros, pedradas, garrafadas e pontapés. O protesto atraiu populares que se juntavam aos estudantes nas vias à polícia. A repressão aos manifestantes ficou a cargo das tropas chefiadas pelo Major Oto Aguiar que os dispersou com duas bombas de gás lacrimogêneo. À noite, novamente, saíram às ruas e apedrejaram, segundo a imprensa, a sede do Jornal da Bahia, o Relógio de São Pedro e a Biblioteca Pública. Dezenas de estudantes foram presos e outro grande número continuou escondido na Faculdade Católica de Direito sob severa vigilância da polícia.

Essa foi uma das participações mais efetivas, amplas e homogêneas dos estudantes baianos contra as imposições legais da ditadura. Caracterizou-se, também, pela subordinação das instituições locais aos interesses golpistas e de forma inegável o excesso de violência contra os manifestantes causou a antipatia generalizada da população aos militares.

REBELDIA NAS RUAS E VIOLENTA REPRESSÃO

Integrados com o movimento nacional que surpreendia todo o país pelas suas proporções, os estudantes baianos, portando faixas com as palavras de ordem: “polícia mata estudante” e “verbas para as armas, morte para o povo”, fizeram passeatas, no final de março 1968, para se manifestarem contra a morte do estudante Edson Luís, no restaurante Calabouço, Rio de Janeiro. O assassinato do jovem teve repercussão negativa para os militares e mobilizou milhares de estudantes no Brasil inteiro. Com a bandeira nacional hasteada e portando uma faixa negra o ritual de protesto dos baianos seguiu desde a Praça Castro Alves até a Praça da Sé, continuou pelo Pelourinho e desceu a Barroquinha onde falaram ao povo do luto estudantil repetindo a célebre frase: “mataram um estudante e poderia ser seu filho”.

Um agente infiltrado na sede do jornal A Tarde, fotografou a concentração dos estudantes. Ainda assim, nos dias subsequentes milhares de estudantes lotavam quase que diariamente as praças do centro da cidade para as manifestações. A situação era tensa e preocupava o secretário de segurança e o governador que sabiam a força dos estudantes e, principalmente, os reflexos da violência policial escancarada contra a sociedade.

Na quinta-feira, dia 03 de junho de 1968, os estudantes universitários, reunidos em assembleia geral na Faculdade de Medicina, decidiram elaborar um documento de reivindicações e apresentá-lo ao reitor. Deliberaram também por uma passeata de protesto contra o corte de verbas e a crise na Universidade. O ato “pacífico” recebeu permissão do governo estadual, contou com apoio de padres, intelectuais, professores e da população. Aos gritos de “Abaixo o MEC-USAID”, cerca de três mil estudantes se concentraram na Praça da Sé e de lá saíram pelas ruas, portando faixas e cartazes de protesto contra o governo, até o Campo Grande. No trajeto, picharam ônibus, carros, casas comerciais e prédios públicos com frases como: “viva a guerra popular” ou “abaixo a ditadura”.

O trajeto inicial definido em assembleia previa que o fim dos protestos seria na Barroquinha, porém, era impossível controlar o sentimento de revolta e o desejo de mudança daqueles jovens. Decididos a demonstrarem sua força contra o arbítrio, cerca de cem manifestantes seguiram para as imediações da reitoria, atacaram o imóvel da Secretaria de Educação utilizado pela comissão executiva do convênio MEC-USAID na Bahia, incendiaram suas dependências, saquearam os arquivos e atiraram os papéis no lixo. Ao ouvirem gritos denunciando a chegada da polícia, os estudantes se dispersaram sem serem alcançados.

Nesse dia, bancos e casas comerciais fecharam mais cedo, os carros oficiais deixaram de circular pelas ruas do centro, onde quase não se observava o trânsito de pedestres e automóveis. O fato teve larga repercussão na cidade e muitos manifestaram discreto apoio à causa estudantil, porém, intimidados com as constantes delações e perseguições fizeram inúmeras ressalvas.

Tamanha violência nas manifestações dos estudantes contra o acordo MEC-USAID fundamentava-se nos propósitos do convênio e em sua vinculação com a ditadura. Com a reorganização do Estado, após o golpe militar, a educação nacional em todos os níveis passou por profundas transformações, com o fito de adequá-la aos objetivos da quartelada de 1964. O acordo do Ministério da Educação e Cultura com uma agência estadunidense denotou, claramente, esses propósitos e, mais ainda, denunciou, com clareza, a concepção de educação que seria aplicada daí por diante: Os professores teriam que se alinhar, sob coerção, ao sistema educacional autoritário e capitalista, utilizando técnicas e livros didáticos produzidos, especificamente, com essa finalidade. A primeira providência foi afastar os descontentes: “Os intelectuais comprometidos com a revolução, com o reformismo, ou mesmo com o liberalismo já não serviam, não eram confiáveis” (CUNHA; GÓES, 1994, p. 32).

Ainda em junho de 1968, os universitários, apoiados pelos professores realizaram uma greve contra o corte de verbas e suas consequências para o ensino superior que se iniciou em algumas faculdades da UFBA e se estendeu

a toda instituição. Na madrugada do dia de 21 de junho de 1968, duzentos policiais militares, civis e bombeiros invadiram com cães treinados as faculdades e colégios ocupados pelos estudantes e prenderam o material de greve. Na tarde do dia seguinte, a polícia atacou com cães e bombas de gás líderes estudantis reunidos em um ponto de ônibus na Ladeira da Conceição. Mesmo diante da violenta repressão, os estudantes decidiram continuar a greve contando com o apoio dos residentes de medicina que suspenderam o atendimento nos hospitais em represália à invasão da faculdade.

Não obstante o mencionado fato, muitos jovens militavam em organizações de direita, tais como a Juventude Estudantil Revolucionária Brasileira (JERB), sabotando os atos e as manifestações daqueles que se identificavam com as propostas dos opositores da ditadura. Um fato ocorrido na madrugada de uma quinta-feira, dia 14 de junho de 1968, exemplifica essa situação: um grupo de jovens mascarados, ocupando um automóvel, lançou uma bomba que atingiu o departamento cultural da Universidade Federal da Bahia. A explosão acordou a vizinhança e assustou pacientes e funcionários do Hospital das Clínicas da UFBA.

Diante dos acontecimentos e mediante exigência do governo federal, o Secretário de Educação Luís Navarro de Brito distribuiu nota oficial, no dia 08 de julho de 1968, proibindo as passeatas. Mesmo assim, alguns dias depois, os estudantes rebeldes se concentraram em frente à Prefeitura Municipal de Salvador para protestar contra o aumento das passagens do transporte coletivo que havia sido decretado na véspera.

Em seguida, o movimento rebelde voltou às ruas para protestar contra a prisão, no Estado da Guanabara, do líder estudantil Vladimir Palmeira e, novamente, foi impedido pela guarda civil de se manifestar. Tamanha era a violência que toda a parte central da cidade estava tomada por policiais civis, militares, guarda municipal, polícia federal e agentes do DOPS. Casualmente os manifestantes encontraram um aliado: do serviço de som do elevador Lacerda, o locutor conclamava o povo a se unir aos estudantes.

Naquele dia, o comércio e os bancos fecharam, as baianas abandonaram os tabuleiros de acarajé e uma grande repressão ocorreu nas imediações da Prefeitura Municipal e do Palácio Rio Branco. Além do evidente desequilíbrio de forças, havia uma tenacidade sanguinária entre os que investiram, ferozmente, com metralhadoras em punho e de baioneta calada, gritando: “agora vai haver sangue” contra o povo desarmado. Da mesma forma investiram contra o deputado federal José Penedo, o vereador Antônio Casaes e diversos jornalistas lançando bombas de gás e ameaçando-os com cães ferozes.

Repetindo em dose infinitamente superior à violência da manifestação anterior, a polícia investiu furiosamente contra os estudantes e populares nas ruas do centro da cidade, na quinta-feira, dia 08 de agosto de 1968. A cidade virou uma praça de guerra. Cerca de três mil estudantes se espalharam por diferentes pontos da cidade para protestar contra a violência. Nas imediações da Praça Castro Alves, os policiais começaram a atirar contra um grupo de estudantes e populares, que, com apoio do Abade Dom Timóteo Amoroso, que

fora proibido por seus superiores eclesiásticos de participar da manifestação, se refugiaram no Mosteiro de São Bento, explicitando definitivamente a posição humana da autoridade beneditina (A TARDE, 09/08/68, p. 1-3).

Joviniano Carvalho Neto, um jovem católico progressista, vinculado a entidades juvenis de ação católica e amigo de D. Timóteo, narrou que, neste dia, a repressão policial acuou muitos jovens na porta do Mosteiro de São Bento e, em socorro aos estudantes,

D. Timóteo e outro monge abre, cada um, uma porta. D. Timóteo fecha a porta. Os policiais militares arrombam, defrontam-se com o Abade, que lembra que o mosteiro, além de igreja, era domicílio e que não podia ser invadido sem mandado judicial. Enquanto o Abade recua lentamente, diante da horda, os jovens que fugiam já estão conseguindo sair pela porta dos fundos na Rua Paraíso [...] Ultrapassando a igreja os policiais chegam ao claustro [...] invadem o mosteiro, revistam as celas dos monges, encontrando cerca de vinte estudantes que são presos, e começam a apanhar ainda no mosteiro e na frente do Abade, que protesta. [...] Depois da saída dos militares, o Abade encontra mais ou menos a mesma quantidade de estudantes escondidos no mosteiro, assume a posição de hospedeiro e começa a providenciar alimentos e pouso para os estudantes. [...] Escoltado por policiais, o Abade se dirige, no começo da noite, à Secretaria de Segurança Pública para protestar contra o cerco e pela segurança dos presos. O secretário liga para o Governador e para o Comandante da 6.^a Região Militar. Consegue que um juiz de menores, acompanhado por D. Timóteo, tire e liberte os menores. D. Timóteo acompanhou e deu esperança aos maiores (CARVALHO NETO, 1996, p. 24).

Alguns estudantes abrigados no mosteiro, em lojas do comércio ou em ruas próximas resistiram à violência policial. Os motoristas dos ônibus urbanos posicionaram os coletivos na rua de forma a dificultar a ação repressiva e permitir os comícios relâmpagos dos estudantes que, em seguida, se dispersavam.

No dia seguinte o governador admitiu na televisão o descontrolo da situação e se dispôs a negociar com os estudantes. As manifestações estudantis alcançaram seus objetivos políticos mesmo naquele contexto absolutamente desfavorável. Uma parcela significativa dos pais ficou indignada com a violência contra seus filhos. O jornal A Tarde admitiu suas diferenças com os jovens rebeldes, mas julgou insensata a atitude das autoridades baianas e considerou os atos de protesto um gesto de solidariedade ao povo.

No dia 13 de agosto de 1968, as ruas da cidade estavam vazias, as lojas não obtiveram êxito em explorar a data dedicada aos pais, a população, com medo, mantinha as janelas de suas casas fechadas, os estudantes continuavam tensos, a fiscalização nas ruas, consultórios médicos sem clientes, cinemas vazios, e ninguém saiu para comprar jornais.

A ditadura não deu trégua e, desconsiderando o luto católico pela morte do Cardeal Dom Augusto Álvaro da Silva, invadiu, mais uma vez, o Mosteiro de São Bento obrigando os fiéis a desfilerem sob a mira de suas armas. Mais uma

vez, os estudantes voltaram a se concentrar no centro da cidade protestando contra a política educacional e o aumento das tarifas do transporte coletivo, como também para organizar e discutir a participação no Congresso Nacional dos Estudantes, Em Ibiúna, interior de São Paulo.

Na Faculdade de Direito, da Universidade Federal da Bahia, os bacharéis reconheceram, entre os discentes, os tenentes Átila Brandão e Francisco Pitanga. Estabeleceu-se um clima de tensão, pois se tratava de agentes que espancaram e prenderam manifestantes no mês anterior. Os alunos indesejáveis, em companhia de outros policiais, decidiram entrar na sala de aula contra a vontade dos colegas e, para evitar conflitos, as aulas foram suspensas pela congregação (A TARDE, 10/09/68, p. 3.).

Os discentes, insatisfeitos, recorreram à direção da Faculdade e à Reitoria para exigir a normalização das aulas, o que efetivamente ocorreu, contudo, os militares foram novamente vistos na escola e forçados a se retirar. Diante de repetidos confrontos, a congregação suspendeu as aulas por tempo indeterminado. O presidente do Centro Acadêmico Rui Barbosa, Rosalindo de Souza, que morreria quatro anos depois na Guerrilha do Araguaia, e demais estudantes do curso armaram barracas e acamparam nas dependências da universidade para exigir a conclusão do inquérito instaurado e em protesto contra a suspensão das aulas, que somente foram regularizadas dois meses depois.

No sábado, 12 de outubro de 1968, ocorreu o 30.º Congresso da União Nacional dos Estudantes, inclusive, para a eleição da nova diretoria, contudo, a vigilância ostensiva não permitiu organizar clandestinamente um evento para aproximadamente mil pessoas. Os agentes do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) invadiram o local e prenderam praticamente todas as lideranças estudantis do país.

Na Bahia, os inquietos e rebeldes manifestantes se concentraram na Praça da Piedade e os agentes locais da ditadura, prevenidos pelo anúncio do ato, tomaram todo o trajeto da Praça Castro Alves à Praça da Sé. Atentos, os líderes da passeata de protesto mudaram a estratégia e deslocaram-se para a zona comercial e financeira na cidade baixa, contudo, ocorreu um confronto violento com a guarda municipal na Praça da Inglaterra, próximo à zona portuária de Salvador. Do alto dos prédios, os funcionários públicos atiravam objetos nos policiais que reprimiam a manifestação estudantil e invadiam bancos, correios e lojas para prender manifestantes.

No fim da última semana de outubro de 1968, chegaram a Salvador os estudantes universitários baianos presos no Congresso da UNE, em Ibiúna, São Paulo, para serem ouvidos na Delegacia Federal de Segurança Pública, localizada na Vila Militar do Bonfim. As moças foram imediatamente liberadas e os rapazes, inclusive menores, mantidos presos, cinco deles, incomunicáveis³.

Os atos de rebeldia contra a ditadura na Bahia mostram a tenacidade e a sensibilidade juvenil naquele contexto histórico de atrocidades e imposições autocráticas. Algumas daquelas manifestações, que reuniram milhares de estu-

³Foram eles: Júlio Ferreira (Engenharia), Aécio Sampaio (Filosofia), Sérgio Dias (Arquitetura), Eduardo Coler (Direito) e Luís Caires (Direito).

dantes, repercutiram profundamente na sociedade local, quer pela relevância e coerência das demandas discentes, quer pela violência com que foram repudiadas. Em muitos casos, o governo estadual e os dirigentes da repressão foram obrigados a recuar, ainda que momentaneamente, da fúria repressiva por causa do efeito negativo perante a opinião pública.

Em geral, as manifestações estudantis cumpriram o objetivo de alertar a população contra os desmandos autoritários na Bahia, que, por conta da censura, dificilmente chegariam ao conhecimento público, não fossem as denúncias explícitas dos discentes. Assim, entre erros e acertos, os estudantes lograram romper a hegemonia pretendida pelos golpistas e seus aliados.

Exatamente por isso, no dia 13 de dezembro de 1968, o Ato Institucional nº 5 foi promulgado e divulgado pela imprensa baiana. Oficialmente foi uma reação dos generais no poder à recusa da Câmara Federal em conceder a licença para processar o deputado Márcio Moreira Alves. Sabe-se, contudo, que o motivo apontado foi apenas o pretexto para o aprofundamento da violência do golpe militar e do governo Castelo Branco. A farsa de uma democracia burguesa, mantida com o sufrágio universal, com a permanência do habeas corpus e renegando as torturas físicas e psicológicas dos presos políticos, se desmoronou quando os ditadores fardados reconheceram que não seria possível mantê-la, por muito tempo, diante das manifestações populares no Brasil e no exterior que escancaravam a face indigna da ditadura ocultada sob uma nominal democracia.

REFERÊNCIAS

A TARDE. Salvador: Edições de 1964 a 1968.

ARQUIVO DA 6.^a REGIÃO MILITAR. Autos do Inquérito Policial Militar.

BRASIL. Decreto nº 56241, de 04/05/1965. Regulamenta a Lei nº 4.464, de 9 de novembro de 1964, que dispõe sobre os órgãos de representação dos estudantes e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 5 maio 1965. Seção 1, p. 4352.

CARVALHO NETO, J. S. (Org.). **D. Timóteo: Presença Histórica**. Salvador: Ed. Envelope, 1996.

CASTRO, N. D. **Entrevista ao autor**. 2001.

CUNHA, L. A.; GÓES, M. **O golpe na educação**. 8. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

VENTURA, Z. **1968: O ano que não terminou: a aventura de uma geração**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.